

1                   **Ata da Reunião Ordinária do mês de Julho de 2022 do CEDM/PR**

2   Aos doze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e quinze  
3   minutos em segunda chamada, por web conferência, pelo link: meet.google.com/bio-dtav-  
4   xgb; **Abertura** – A Secretária Executiva Fernanda Marchione, inicia a reunião dando as  
5   boas vindas a todas as presentes, informa que o link da lista de presença se encontra  
6   disponível no chat, sendo que este documento de assinatura é um documento oficial para  
7   a confirmação de presença e faz a chamada inicial; **Conselheiras Representantes**  
8   **Governamentais:** Titular: Walquiria Onete Gomes – DGDM/SEJUF; Suplente: Fernanda  
9   Marchione – DGDM/SEFUF; Titular: Joseli Collaço – SUDIS CASA CIVIL; Titular: Andréa  
10   Maria Sanson Corat – DEDIF/SEJUF; Titular: Marcia de Oliveira – Sedu; Titular: Priscila  
11   Costa Pagnotto – Sedest/PR; Titular: Alcileny Adriana da Cunha Artigas – CODEM-SESP;  
12   Suplente: Juliana Heindyk – SESP/DEPPEN/PR; Titular: Carolina Poliquesi – SESA/PR;  
13   Titular: Juliana Carolina Silveira – SEPL; Titular: Claudete Carvalho Canezin – SETI;  
14   Suplente: Dinela Alves de Freitas – SETI; Titular: Jussara Ribeiro – SEAB/IDR-Paraná;  
15   Suplente: Kamilla Conte Kunz – SEDU; **Conselheiras Representantes da Sociedade**  
16   **Civil:** Titular: Maria Isabel Côrreia – UBM PR; Titular: Ivanete Paulino Xavier – Rede de  
17   Mulheres Negras – PR; Titular: Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR; Suplente: Maria  
18   Inês Ramos – UBM PR; Titular: Eunice Tieko – CUT Paraná; Titular: Carmen Ribeiro –  
19   RFS; Suplente: Lara Cubis de Lima – RFS; Suplente: Patricia Robes Loureiro –  
20   Sindijus/PR; Titular: Tânia de Cristina Castro Ribeiro – CIAF; Suplente: Silvana Rausis –  
21   ASSEMPA; Titular: Margleyse Adriana dos Santos – APP; **Colaboradores e Convidados:**  
22   Camila Mafioletti Daltoé; Gabrielle Viana Collatusso; Márcia Burgos; Wendy Morreira Lima  
23   – MPPR; Helena de Souza Rocha – OAPR; item um; **1) Boas Vindas da Presidente:** A  
24   Presidente Walquiria cumprimenta a todas as conselheiras e colaboradoras, agradece a  
25   todas as conselheiras pela presença efetivas nas reuniões do CEDM, dá as boas vindas a  
26   Dra. Alcileny Adriana da Cunha Artigas que passa a integrar o CEDM como conselheira  
27   titular representando a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, ela diz que  
28   a Dra. Alcileny é coordenadora das Delegacias da Mulher – CODEM, ela diz que para o  
29   efeito do dia de hoje, deseja que os trabalhos sejam celebrados com exitosidade e  
30   praticidade no culminar de reflexões e na geração de políticas públicas em prol das  
31   mulheres, a Conselheira e Vice-Presidente do CEDM, Maria Isabel, cumprimenta a todas  
32   e questiona a razão pela qual a Walquiria, chefe do DGDM, continua acumulando a chefia  
33   do CRAM Curitiba, fala da importância do CRAM RM, único estadual, solicita à Walquiria  
34   que faça um relato do trabalho desenvolvido, fala da importância da continuidade desse  
35   trabalho, bem como da importância do DGDM num momento em que a violência de  
36   gênero assola o Estado, elogia o trabalho de Walquiria à frente do CRAM Curitiba e  
37   deseja que tenha o mesmo resultado positivo à frente do DGDM/ SEJUF, a Presidente diz  
38   que.. (faltando às falas da Walquiria)....., após essas falas, ela pede para  
39   darem início aos trabalhos, começando pela aprovação da pauta, solicita que a secretária  
40   apresente a pauta para apreciação e aprovação, em seguida ela passa para o item dois  
41   da pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A vice-presidente diz que o  
42   item sete está repetindo com o item quatro e sugere que seja tratado no item quatro,  
43   também solicita inclusão de pauta com o item Deliberação sobre a reinclusão do curso de

44 capacitação de Conselheiras no site do CEDM, não havendo objeções, ficou aprovado a  
45 inclusão desse ponto de pauta no item seis, Carmen solicita inclusão do ponto de pauta  
46 Encaminhamentos da última reunião, não havendo objeção, ficou aprovado este ponto de  
47 pauta no item sete, Carol solicita adiantamento do seu ponto de pauta, a secretária  
48 sugere colocar seus informes para o final da pauta, no item nove, não havendo objeções,  
49 ficou aprovado o adiantamento solicitado pela conselheira Carol, não havendo mais a  
50 tratar aprovaram a pauta; item três; **3) Aprovação da ATA de Junho:** Ata aprovada; item  
51 quatro; **4) Informes do Departamento da Mulher – Proposta de Metodologia para o**  
52 **monitoramento do terceiro Plano Estadual dos Direitos das Mulheres:** A conselheira  
53 Carmen diz que precisam ver qual será a metodologia para realizarem o monitoramento  
54 do Plano, a Presidente fala da importância de realizarem este monitoramento e diz que a  
55 assessora jurídica do departamento preparou uma proposta e solicita que a secretária  
56 apresente na tela, sendo: MONITORAMENTO DO TERCEIRO PLANO ESTADUAL DOS  
57 DIREITOS DAS MULHERES (2022-2025) Na condição de órgão coordenador das  
58 políticas de gênero no âmbito estadual, o Departamento de Políticas para Mulheres, que  
59 integra a Secretaria de Família, Justiça e Trabalho (SEJUF/PR) tem como uma de suas  
60 atribuições o: “Assessoramento técnico e a articulação transversal e intersetorial das  
61 políticas públicas para as mulheres, garantindo suas especificidades e recortes bem como  
62 sua execução”. O Terceiro Plano Estadual dos Direitos das Mulheres é composto dos  
63 seguintes elementos: Introdução, Contextualização, Diretrizes, Estudo Situacional e Plano  
64 de Ações. As ações estão divididas pelos eixos das três diretrizes do Plano Estadual  
65 (Promoção da igualdade de gênero e da equidade, com enfrentamento aos preconceitos  
66 para o protagonismo de todas as mulheres e meninas; fortalecimento da participação  
67 social para universalidade das políticas; eliminação de todas as formas de violência contra  
68 as mulheres), sendo ao total 16 objetivos estratégicos e 87 ações a serem implementadas  
69 e acompanhadas. O acompanhamento e monitoramento é essencial pois contempla o  
70 processo de implementação e avaliação das políticas públicas que consolidará as  
71 parcerias realizadas durante o processo de elaboração do Plano. Para esta função,  
72 sugere-se a criação de uma **“Comissão para Monitoramento e Avaliação do Plano**  
73 **Estadual dos Direitos das Mulheres para o quadriênio 2022-2025”**. Além da Comissão  
74 de Monitoramento, **sugere-se a criação de uma “Planilha de Monitoramento”**, que  
75 servirá de referencial para a coleta de dados. Nesse sentido, primeiramente o  
76 Departamento de Políticas para as Mulheres entrará em contato com as Secretarias que  
77 elaboraram as ações do plano para compor uma linha de base para o monitoramento e a  
78 avaliação, indicando para cada meta, o quantitativo das metas em relação ao plano  
79 anterior, de forma a ter um ponto de referência fixo para comparativo, sendo assim,  
80 facilitará o monitoramento do plano atual, possibilitando uma avaliação mais apurada dos  
81 resultados alcançados. A composição da referida Comissão será definida em plenária do  
82 CEDM, e contará com representantes dos organismos governamentais estaduais e da  
83 sociedade civil. Após definida a metodologia na Comissão de Monitoramento, serão  
84 produzidos anualmente relatórios anuais para apresentação no CEDM. **Walquiria Onete**  
85 **Gomes - Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher**, a conselheira  
86 Carmen diz que é muito boa a proposta, a secretária diz que já existe um grupo de

87 monitoramento, a conselheira Carmen diz que pode ser o mesmo grupo, que precisa ver  
88 quem são as conselheira que estão pois algumas já foram substituídas, a secretária diz  
89 que fazem parte do grupo as seguintes conselheiras: Maria Isabel, Carol e Carmen, além  
90 das assessoras do departamento: Silvane e Gabrielle, a conselheira Maria Isabel diz que  
91 é muito importante ter mais integrantes na comissão, fica aberto para inscrições, sendo as  
92 seguintes inscritas: Andreia Corat – SEJUF, Lara Cubis – RFS, Juliana Carolina Silveira –  
93 SEPL, em seguida deliberam sobre uma primeira reunião da comissão, ficando agendada  
94 para a data de quinze de julho de dois mil e vite às nove horas, no Departamento de  
95 Políticas para Mulheres; item cinco; **5) Carmen: Como está acontecendo o**  
96 **atendimento à violência sexual no Estado – Dados da SESA e manifestação da**  
97 **Defensoria Pública:** A conselheira Carmen diz que conversou com a Carolina Bolfe, e  
98 que colocou esse ponto justamente já para tabelar com ela, porque quem tem esses  
99 dados é ela, com o objetivo de atualizar sobre a situação que está o atendimento a  
100 violência sexual no estado, pois houve uma serie de manifestações feitas pela rede  
101 feminista e a defensoria também , fala que sabe que a SESA uma nota em relação as  
102 exportarias do ministério, que é importante que se apropriem e tenham uma avaliação de  
103 como está o funcionamento, diz que aconteceram algumas coisas ruins nesse período de  
104 dificuldade de acesso, uma serie de batidas de cabeça, então diz ser um tema que não  
105 pode deixar cair, e passa a palavra para a Carolina que inicia sua fala desejando uma Boa  
106 a tarde a todos e agradece a oportunidade de estar no conselho que é muito importante  
107 para eles, agradece a Carmen que trouxe essa pauta, e a Merari que é da divisão de  
108 promoção da cultura da paz, então só para esclarecimento inicial explica como eles  
109 trabalham a questão a cultura da paz e as ações intersetoriais, fala que eles tem uma  
110 divisão especifica dentro de um departamento de promoção, que se relaciona com várias  
111 áreas técnicas idoso, criança, mulher, que no caso é a divisão que ela está, então gostaria  
112 de dizer desse lugar onde a SESA entende todo esse processo, diz que uma das coisas  
113 que a Merari vai trazer especificamente sobre a pauta proposta pela Cármen que e a  
114 atenção integral à saúde das pessoas vitimas de violência sexual que é protocolo  
115 estadual que eles tem lá e todo desenho que fazem a partir dele, mas é importante fazer  
116 algumas diferenciações, pois muitas coisas estão acontecendo, não é uma temática fácil  
117 é uma temática que as atravessa enquanto profissionais, enquanto mães, enquanto  
118 mulheres, preparar essa temática para o conselho é pesado, fala que ontem já receberam  
119 mais uma noticia, então a SESA sempre entendeu o aborto que é uma coisa, a  
120 interrupção da gravidez prevista por lei que é outra coisa, e a atenção a pessoas vitimas  
121 de violência sexual que é outra coisa, todas dentro de um mesmo contexto dentro, de  
122 uma mesma base, de toda a questão que envolve a violência como questão de saúde  
123 pública, fala que sempre tentaram firmar isso no estado, e diz que faz esse triangulo antes  
124 da Merari fazer a apresentação do protocolo, porque esses conceitos tem sido muito  
125 distorcidos, desses acessos e desses direitos, fala que é importante colocar que a SESA  
126 olha para todas essas questões como questões de acesso à saúde, questões de  
127 emergência, questões de atenção integral a saúde, que devem ser feitas em todo o  
128 território de forma regionalizada e hierarquizada, e diz ser importante fazer esse  
129 esclarecimento, pois hoje tem se transformado a discussão do aborto e da interrupção da

130 gravidez prevista por lei em discussão sobre legalização ou não do aborto, que também é  
131 uma discussão importante, mas que se misturou em todo esse bojo, fala que conta isso  
132 porque muitas vezes pedem para a secretaria os dados de interrupção da gravidez  
133 prevista em lei, e percebei que não se interessam tanto em saber quantas pessoas estão  
134 sendo estupradas, quantas estão violadas, quantas dessas pessoas não engravidam,  
135 porque interrupção da gravidez vem desse resultado, se ela vem foi porque aconteceu o  
136 estupro, porque muitas vezes essa mulher não teve acesso ao serviço para fazer o  
137 atendimento de 72 horas, que é o atendimento de emergência que é previsto em vários  
138 serviços do estado, para fazer profilaxia de doenças, para fazer a prevenção da gravidez,  
139 e para fazer todo esse atendimento e muito por essa influencia de que tem misturado  
140 essa questão do acesso com a questão da legalização do aborto, e aí acontece que as  
141 mulheres são estupradas não procuram o serviço, tem medo, não fazem a profilaxia, não  
142 tem acesso ao atendimento, e ai temos essas questões, diz que todas essas questões  
143 são importantes, mas gostaria que pudessem assistir a apresentação da Merari com esse  
144 olhar critico, para o aborto, para a interrupção da gravidez prevista em lei, e para as  
145 questões de atenção integral as pessoas de vitimas de violência sexual, mulheres  
146 crianças, homens, idosos, idosas, passíveis ou não da gravidez em decorrência dessa  
147 violência pensando em prevenção, pensando em acesso e atenção integral, fala que está  
148 falando isso também porque o ministério da saúde lançou um manual de atenção técnica  
149 para prevenção, avaliação e conduta nos casos de abortamento, então nessa questão  
150 entra as mulheres que tem abortos repetitivos por questões naturais ou por questões não  
151 conhecidas, tem dificuldade de manter a gravidez, entram aqueles abortos que estão  
152 ligados a interrupção de gravidez previstos em lei, entra toda atenção integral ao qualquer  
153 tipo de aborto, diz que pode até compartilhar com elas para que fique esclarecido do que  
154 está falando, e quando foram ler viram que é uma cartilha que mistura tudo, pois traz uma  
155 discussão sobre o aborto sobre a interrupção prevista em lei, e pior criminaliza todo tipo  
156 de aborto, e diante dessa norma técnica, que foi construída de uma forma unilateral, por  
157 exemplo, a FEBRASGO eles eram chamados para fazer consultas técnicas quando eram  
158 lançados estes tipos de material, e dessa vez eles não foram chamados, então foi um  
159 material unilateral que teve muitas criticas, e resolveram que fariam uma audiência  
160 pública, ao qual eles acharam que se trataria da atenção técnica para a prevenção,  
161 avaliação e conduta nos casos de abortamentos, porque por exemplo existe prevenção  
162 nos casos de mulheres que estão com sangramento de primeiro trimestre e vão tomar  
163 uma medicação tentando não abortar, mas para a surpresa deles, ou não, a audiência  
164 pública se tornou uma grande discussão sobre legalização do aborto ou não, e quando foi  
165 pedido esse parecer na secretária, o parecer procurou não se estender muito sobre o  
166 assunto, para não entrar, no que para ela é uma grande cilada, quando falam sobre a  
167 atenção integral e levam para esse viés, e o que pedem na verdade é a revogação total  
168 desse documento, então o posicionamento da SESA foi nesse sentido, eles inclusive  
169 começam o parecer dizendo que não pretendem abordar as inúmeras incoerências  
170 presentes no documento, que existem erros conceituais, que o aborto é questão de saúde  
171 pública, que necessita de politicas públicas, de promoção e atenção em especial à pessoa  
172 em situação de violência sexual, fala que levaram alguns conceitos e dados do Estado e

173 pedem que esse material seja revogado, diz que não sabem se o material vai ser  
174 revogado, mas que no site onde esse material podia ser acessado, não pode mais, e não  
175 é só por causa da questão do período eleitoral, diz que o que gostaria de trazer para a  
176 reflexão é que esse material não deveria se tratar de discussão sobre legalização ou não  
177 do aborto, fala que a outra situação que a Merari irá trazer é do protocolo de atenção  
178 integral a saúde das pessoas em situação de violência sexual essa abordagem  
179 multidisciplinar, e dele gostaria de destacar nessa apresentação que tivessem esse olhar  
180 da atenção integral às pessoas em todos os pontos de atenção, ou seja, se a pessoa  
181 chega na unidade de saúde, na UPA ou no hospital ela deve ser atendida em decorrência  
182 de uma violência sexual, se dessa violência, seja porque a pílula do dia seguinte não  
183 funcionou ou para o serviço fora tardiamente procurado apenas na descoberta da  
184 gravidez, haja uma gravidez resultante de estupro ela vai ser encaminhada para serviço  
185 de referência, pois muitas pessoas procuram a Secretaria de Saúde, achando que elas só  
186 podem ser atendidas nos serviços de referência para a interrupção de gravidez prevista em  
187 lei, que não é só no caso de estupro, mas no caso de anencefalia e risco materno, no  
188 caso de estupro de meninas muitas vezes está entre as duas questões porque entra o  
189 risco materno também, então isso é uma coisa importante de se colocar porque essas  
190 pessoas em situação de violência sexual devem ser acolhidas em todos esses locais, e  
191 precisam ter acesso a esse atendimento em até 72 horas, ela vai falar das ações de  
192 promoção e prevenção, e diz que uma outra coisa que gostaria de trazer, pois acredita  
193 ser um ponto crítico, foi da portaria que fala da comunicação externa em relação ao  
194 atendimento das pessoas vítimas de violência sexual, que envolve por exemplo dar  
195 ciência, à secretaria de segurança pública por meio dos seus serviços e que trouxe muita  
196 polêmica, porque também é uma forma de cercear esse direito, pois às vezes a mulher  
197 não quer fazer um boletim de ocorrência, não quer se expor, então fizeram uma nota  
198 técnica da Secretaria, para manter e fortalecer o que já tinham como protocolo de  
199 assistência onde não previam essa obrigatoriedade, especialmente do ponto de vista das  
200 informações sensíveis e que podem expor a vítima, que acreditam ser fruto disso e de  
201 outros movimentos, uma revogação desses artigos, então teve uma portaria revogando  
202 isso, o que fortalece o trabalho nesse sentido, onde antes de tudo é uma questão de  
203 saúde pública, de emergência de atendimento integral de atendimento hierarquizado, ou  
204 seja, eles vão ampliar isso e fazer um pouco mais longe da casa da pessoa à medida em  
205 que a complexidade desse atendimento exige, como é o caso da interrupção prevista por  
206 lei, onde não é feito em todos os hospitais, então era para contar disso no sentido da  
207 responsabilidade que tem como conselho cada uma no seu local, de nomear essas  
208 questões, de diferenciar essas questões, para que elas mesmas não caiam nessa cilada  
209 de olhar apenas para a ponta do iceberg, que são questões importantes, mas poder olhar  
210 para esse caminho que tem por trás disso, para olhar para a prevenção, para o acesso,  
211 para que as pessoas realmente tenham a segurança de que diante de qualquer violação  
212 elas possam procurar o serviço de saúde, de assistência social e que esses serviços  
213 possam com acolhimento e serenidade dar os encaminhamentos para que evitar atrasos  
214 no atendimento, com isso passa a palavra para a Merari para que ela realize a  
215 apresentação, sendo: Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no Paraná -

216 Merari Gomes de Souza – Enfermeira Mestre em Saúde Coletiva – UFPR Divisão de  
217 Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersectoriais Área Técnica - Divisão de Promoção  
218 da Cultura de Paz e Ações Intersectoriais: SESA Central: 22 regionais de saúde, 399  
219 municípios, Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde – DAV, Coordenadoria de  
220 Promoção da Saúde – CPRO, Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações  
221 Intersectoriais, Divisão de Promoção da Equidade em Saúde, Divisão de Promoção da  
222 Alimentação Saudável e Atividade Física, Divisão de Promoção e Controle de Doenças  
223 Crônicas e Tabagismo, Conceito: Rede de Atenção a Saúde (RAS): As Redes de Atenção  
224 à Saúde (RAS) são arranjos organizacionais interligados por meio de Pontos de Atenção  
225 à Saúde; Locais onde são ofertados serviços de saúde que determinam a estruturação  
226 dos pontos de atenção, sendo que as ações e serviços de saúde proporcionados de  
227 acordo com a condição de saúde do usuário e demandas da região e a complexidade  
228 requerida. Requer a gestão de caso, estratificação de risco, transição, compartilhamento  
229 do cuidado e seguimento na RAS, a fim de garantir a integralidade da assistência de  
230 forma eficiente e resolutiva. Ressalta-se que na RAS o centro de comunicação é a  
231 Atenção Primária à Saúde (APS), sendo esta ordenadora do cuidado e constituindo a  
232 porta de entrada preferencial do sistema de saúde, em especial do SUS. A lógica de RAS  
233 surgiu devido à carência de estruturação dos serviços de saúde, de um formato que  
234 atenda à necessidade da população de forma mais eficaz no intuito de promover a  
235 assistência em saúde na hora certa, lugar certo e no tempo oportuno. **ATENÇÃO À**  
236 **SAÚDE DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA:** Todas as pessoas, Cuidado  
237 integral, Prevenção da violência e Promoção da Saúde, Vigilância de violências, Todos os  
238 tipos de violência, Todos os pontos da RAS, Intersectorialidade. Intersectorialidade: A  
239 violência consiste num processo complexo e multifatorial, que inclui os determinantes e  
240 condicionantes de saúde, o que categoriza como um problema de relevância em saúde  
241 pública. Os princípios organizativos de regionalização, descentralização do SUS, assim  
242 como de controle social promovem a gestão compartilhada entre os entes municipais,  
243 estaduais e federal para a qualificação da atenção à pessoa em situação de violência, a  
244 atenção Materno Infantil e redução da morbidade e mortalidade nessa população  
245 específica. O atendimento e o acolhimento nas situações de violência sexual devem  
246 ocorrer em todos os pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS), incluindo os serviços de  
247 referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual de acordo  
248 com a condição de saúde do usuário. Acolher é reconhecer o que o outro traz como  
249 legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a  
250 relação entre equipes/serviços e usuários/ populações. Como valor das práticas de saúde,  
251 o acolhimento é construído de forma coletiva, a partir da análise dos processos de  
252 trabalho e tem como objetivo a construção de relações de confiança, compromisso e  
253 vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede  
254 socioafetiva. Atenção às pessoas em situação de violência sexual no Estado do Paraná, a  
255 atenção às Pessoas em Situação de Violência demanda à execução de trabalho integrado,  
256 educação continuada, bem como a articulação em rede com todos os serviços do território;  
257 O serviços de saúde e de segurança pública atuam de forma integrada e complementar,  
258 sendo que os estabelecimentos de saúde NÃO substituem as funções e atribuições da

259 segurança pública, como a medicina legal. Destaca-se que a dinâmica da Vigilância e  
260 Atenção à Saúde da pessoas em situação de violência sexual, consiste em uma  
261 dimensão que visa a integralidade do cuidado em saúde e deve abranger todos os  
262 equipamentos do território, sendo que a vigilância epidemiológica é a ciência norteadora  
263 das ações de saúde, um processo ativo que compreende uma série de ações e atividades  
264 relacionadas à análise das causas externas de morbimortalidade. O processo de trabalho  
265 organizado para que o acolhimento aconteça em todos os pontos da Rede de Atenção à  
266 Saúde (RAS), incluindo os serviços de referência para atenção integral à pessoa em  
267 situação de violência sexual distribuídos nas regiões do Estado. Atenção a Pessoa em  
268 Situação de Violência Sexual, O âmbito da saúde constitui uma encruzilhada por onde  
269 confluem os mais diversos agravos e doenças, dentre estes a violência. Sendo que a  
270 violência permeia os mais diversos setores, portanto, é necessário a atuação  
271 multidisciplinar, visando a intervenção de fato nos determinantes e condicionantes. Atuar  
272 na cadeia de violência e na interrupção do ciclo, promover mudanças de relevância no  
273 cenário. Diante da magnitude das violências a intervenção requer atuação multidisciplinar  
274 e interdisciplinar, o processo de trabalho deverá ser desenvolvido de forma transversal e  
275 agregar todos os setores e pares que atuam com a temática presentes na região, e não  
276 somente o âmbito da saúde. Rede de Atenção a pessoa em situação de violência:  
277 Secretaria de Saúde - norteadora do cuidado da saúde, Defensoria Pública - defesa  
278 jurisdicional, Educação - produção de conhecimento, Ministério Público - defensor ordem  
279 jurídica, Delegacia Pública – segurança, Centro de Referência de Assistência  
280 Social/especializado (CRAS/CREAS) Proteção Social, Demais equipamentos disponíveis  
281 conforme pactuação local, Conselhos municipais, estadual ou nacional (idoso, mulher,  
282 criança e adolescente, outros); Atual Cenário da Violência Sexual no Paraná, Conhecer o  
283 cenário epidemiológico é essencial no sentido de subsidiar o planejamento de ações  
284 estratégicas. Nesse sentido apresentamos alguns dados sobre violência interpessoal e  
285 autoprovocada, em particular a tipologia sexual (tema da pauta apresentada). Em 2021,  
286 no Paraná, foram notificados 35.206 mil casos de violência interpessoal e autoprovocada  
287 no sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan); Destes 3.559 mil são  
288 referentes a registros de casos de violência sexual (assédio sexual, estupro, pornografia  
289 infantil, exploração sexual, entre outros); Houve 2.131 casos de estupro - equivalente a 60%  
290 dos registros no Sinan em 2021: Sexo feminino 88% (1.880), Na residência 65%, Idade  
291 entre 10 a 14 anos (30%): 2º lugar - 20 a 39 anos (21%), Atual Cenário epidemiológico da  
292 Violência Sexual no Paraná, Dentre as diversas consequências oriundas da violência  
293 sexual, inclui-se a gravidez, classificada como complexa por gerar impactos psicológicos,  
294 sociais e biológicos, entre outros. Nessa conjuntura, apresentamos uma série temporal  
295 dos registros dos últimos 5 anos do número de casos de violência sexual, de estupro e  
296 interrupção prevista em lei, notificados no banco de dado da violência interpessoal e  
297 autoprovocada do Paraná no Sinan. Ano da Notificação: 2017 - Violência Sexual; Estupro:  
298 2253, Interrupção prevista em Lei: 24; 2018 - Violência Sexual: 3911; Estupro: 2627;  
299 Interrupção prevista em Lei: 34; 2019 - Violência Sexual: 4344; Estupro: 2894; Interrupção  
300 prevista em Lei: 40; 2020 - Violência Sexual: 2155; Interrupção prevista em Lei: 50; 2021 -  
301 Violência Sexual: 3559; Estupro: 2131; Interrupção prevista em Lei: 57; Dos 2.131(60%)

302 caso de estupro registrado no sistema; 2,7% (57) dos casos foram realizado o  
303 procedimento de interrupção de gravidez conforme previsto em lei. Contudo, não temos  
304 registros do quantitativo de casos de estupros que resultaram em gravidez. O que é uma  
305 limitação do sistema, tendo em vista todo o contexto sobre a temática. Os dados  
306 apresentados retratam “uma fotografia”, ou seja, uma análise descritiva das informações  
307 contidas no banco de dados de violência interpessoal e autoprovocada estadual e não de  
308 uma avaliação estatísticas aprofundada dos dados registrados no Sinan; São plausíveis  
309 de substantificação, tendo em vista que nem todas as mulheres e meninas que sofreram  
310 estupros (tiveram como consequência a gravidez), conseguem acessar o serviço na hora  
311 certa e em tempo oportuno para a execução do procedimento; Muitas vezes ficam  
312 peregrinando pelos serviços da RAS em busca de atendimento, e também enfrentam as  
313 múltiplas barreiras e fatores envolvidos no processo. Dados do Sistema de Informações  
314 Hospitalares (SIH); Classificação: Considerando a Classificação Internacional de Doenças  
315 e Problemas Relacionados à Saúde CID 10, código 004 - Aborto por Razões Médicas e  
316 legais foi proveniente de feto anencéfalo, violência sexual ou gestação de risco materno.  
317 Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde CID 10: 201:  
318 32; 2020: 44; 2021: 30; Total: 106; (Fonte: Sistema de Informações Hospitalares, em  
319 27/06/2022\*Dados preliminares); Infelizmente o aborto representa ainda um motivo  
320 relevante de morte materna, sendo negavelmente que se trata de uma questão de saúde  
321 pública, e, ainda considerando a substantificação dos casos os números podem ser ainda  
322 maiores. O que demanda uma reflexão baseada em informações fidedignas provenientes  
323 de fontes oficiais e confiáveis e com evidências científicas. É fundamental a atuação no  
324 enfrentamento e na prevenção da violência, bem como na superação da cultura do  
325 estupro, o investimento em estratégias efetivas para a superação da situação da violência,  
326 cuidado integral e atenção humanizada com foco na raiz do problema, e não apenas em  
327 suas consequências, em educação em saúde, em especial em saúde sexual e reprodutiva.  
328 Ressalta-se que compete ao sistema de saúde, em especial do SUS a função principal de  
329 preservação da vida e a oferta da assistência e o cuidado integral e humanizado às  
330 pessoas em situação de violência sexual. As etapas da Atenção a Pessoa em Situação de  
331 Violência Sexual (APSVS). Atenção ao usuário consiste em 12 etapas: Acolhimento,  
332 Anamnese e Exame Físico, Exames Clínicos e Ginecológicos, Registro e Coleta de  
333 Vestígio de violência sexual, Exames Complementares, Contracepção de Emergência ,  
334 Profilaxias HIV, ISTs, Hepatite B, Notificação no Sinan, Acompanhamento Social e  
335 Psicológico, Seguimento na RAS e Proteção, Situações de gestação decorrente de  
336 violência sexual: informar sobre os direitos e encaminhar ao serviço de referência para  
337 interrupção de gravidez prevista em lei, \* Hepatite C não existe profilaxia. Mas é  
338 importante a investigação devido ao risco de contaminação. A Atenção a PSVS - Tem  
339 como principal objetivo a integralidade do cuidado em todas as fases do ciclo de vida.  
340 Todas as etapas do cuidado deverão ser priorizadas e cumpridas pelas equipes de saúde  
341 e rede intersetorial. Cabe ao serviços de saúde garantir ao usuário à assistência  
342 humanizada, de qualidade e tempo oportuno, independente da fase: seja na aguda ou  
343 tardia; Atenção a Pessoa em Situação de Violência Sexual Todas as etapas do cuidado  
344 deverão ser priorizadas e cumpridas pelas equipes de saúde e rede intersetorial. Os

345 profissionais deverão ter atenção especial na identificação, na descrição e na anamnese,  
346 no diagnóstico e tratamento de lesões. As informações devidamente registradas no  
347 prontuário de saúde do paciente de forma clara, concisa e objetiva. Em relação ao Boletim  
348 de Ocorrência (BO), quando a pessoa optar por NÃO registrar o BO sua decisão deverá  
349 ser respeitada, sem prejuízo ao atendimento integrado à saúde, o acolhimento e a  
350 assistência NÃO estão condicionados ao registro do BO e a etapa de coleta de vestígios.  
351 É fundamental que as equipes de saúde esclareça para a pessoa em situação de  
352 violência sobre a possibilidade de coleta dos vestígios todas as orientações necessárias a  
353 respeito de seus direitos, bem como a finalidade do registro do BO para dar seguimento  
354 na investigação, e de suas aplicações legais, conforme recomendado nas normativas  
355 vigentes. **IMPORTANTE!** A atuação dos serviços de saúde NÃO substitui as atribuições e  
356 responsabilidades da segurança pública, como a medicina legal, uma vez que são setores  
357 que cumprem funções distintas e que devem atuar de forma complementar e integrada.  
358 **Atenção a Pessoas em Situação de Violência no Paraná:** As normativas que versam  
359 sobre as condutas com foco na APSVS em território estadual, estão dispostas no  
360 Protocolo de Atenção as Pessoas em situação de Violência sexual. Uma ferramenta  
361 norteadora visando a sistematização e alinhamento de condutas de enfrentamento à  
362 violência sexual e estratégias de promoção da saúde, facilitar a comunicação entre os  
363 profissional e gestores e serviços de saúde em todos os pontos da Rede de Atenção à  
364 Saúde (RAS). **PROTOCOLO DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS PESSOAS EM**  
365 **SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR.** Pactuação  
366 CIB – Deliberação nº 053/2021. Disponível em:  
367 [https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.doaction=d&uuid=@gtfescribases](https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.doaction=d&uuid=@gtfescribases_a@64cd669f-b84a-4d9a-aeb899ec17e257a9&emPg=true)  
368 [a@64cd669f-b84a-4d9a-aeb899ec17e257a9&emPg=true](https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.doaction=d&uuid=@gtfescribases_a@64cd669f-b84a-4d9a-aeb899ec17e257a9&emPg=true). Distribuição dos Serviços de  
369 Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, segundo  
370 Regional de Saúde. Paraná, 2020. Atual: 24 Serviços de Referência. Equivalente a 77,7%  
371 das regiões de saúde. Processo de Ampliação – HT. **IMPORTANTE!** Nas localidades que  
372 não há serviço de referência pactuado na região, os hospitais integrantes do SUS que  
373 compõem a rede de urgência e emergência do Estado, deverão acolher e realizar o  
374 atendimento integral, emergencial e multidisciplinar à pessoa conforme preconizado no  
375 protocolo; A fim de minimizar agravos físicos e psicológicos resultantes da violência  
376 sofrida. Serviços de Referência para Interrupção de Gravidez Prevista em Lei. CIB/PR  
377 **DELIBERAÇÃO Nº27-11/03/2015**, A prova que os hospitais de referência para realização  
378 de interrupção de gravidez nos casos previstos em lei estão distribuídos nas 04 regiões  
379 de saúde, a saber: Macrorregião Leste: Hospital de Clínicas/Universidade Federal do  
380 Paraná – HC, no município de Curitiba; Macrorregião Norte: Hospital Universitário  
381 Regional do Norte do Paraná, no município de Londrina; Macrorregião Noroeste: Hospital  
382 Universitário Regional de Maringá, no município de Maringá; Sezifredo Paulo Alves Paz –  
383 Coordenador Estadual. (Fonte: SESA/DAV/CPRO – Divisão de Promoção da Cultura de  
384 Paz e Ações Intersetoriais. Data: 14/04/2021) Estratégias desenvolvida pela SESA no  
385 Âmbito da Saúde: Estratégias desenvolvida pela SESA no Âmbito da Saúde: Estratégias  
386 executadas: Resolução conjunta nº 003/2020 SESA/SESP que todas às normativas que  
387 envolvem à SESA quanto ha humanização do atendimento e acolhimento a PSVS – 2020;

388 Publicação da Nota Técnica 003 com orientações abordando a temática de comunicação  
389 externa a autoridade policial no que condiz a violência contra a mulher (Lei 13.931/2019 e  
390 Portaria 2.282/2020 do MS) - 2020; Mapeamento dos serviços de referência para APSVS  
391 e de interrupção de gravidez prevista em lei, a fim de apoiar às RS para o fortalecimento e  
392 garantia do atendimento de qualidade; Protocolo de Atenção Integral de Atenção à Saúde  
393 das Pessoas em Situação de Violência Sexual: Abordagem Multidisciplinar 3ª edição -  
394 Contínuo; Capacitação Estadual de Atenção às Pessoas em Atenção Situação de  
395 Violência Sexual em parceria com IML e apoio do CRM , destinadas aos profissionais da  
396 RAS e da Segurança Pública. Teve 2.190 inscrito e 2.779 visualizações no primeiro dia –  
397 2020/2021; Ações e suporte técnico as RS e municípios de abrangência no que condiz a  
398 hospitais de referência de violência sexual , vigilância e monitoramento das violências e  
399 acidentes - 2021; Redigiu e encaminhou ao MS parecer e posicionando argumentando  
400 contra as orientações contidas no manual “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e  
401 Conduta nos Casos de Abortamento em específico as referente as epidemiológica, jurídica  
402 e bioética, bem como solicita a revisão total ou revogação do referido manual – 2022;  
403 Considerações: A sistematização e o trabalho articulado em rede potencializa os  
404 processos de mudança, fortalece a região de saúde no que se refere ao atendimento  
405 integral e humanizado às pessoas em situação de violência sexual. Permite a integração  
406 das equipes multidisciplinares, interdisciplinares, bem como dos serviços de saúde com  
407 foco na assistência absoluta sob uma ótica ampliada de saúde, e no acesso irrestrito do  
408 usuário ao atendimento, principalmente nas regiões prioritárias. Além disso as ações,  
409 serviços e programações em saúde devem basear-se no diagnóstico da população  
410 adscrita à equipe de saúde, considerando fatores e determinantes da saúde desta  
411 população. O Paraná segue todo o arcabouço legal e normativas estabelecidas em  
412 âmbito nacional, além disso, os protocolos pactuados no estado, que normatizam e  
413 regulamentam as condições a serem seguidas pelos serviços e profissionais de saúde  
414 quanto à atenção às pessoas em situação de violência sexual, incluindo as múltiplas  
415 consequências resultantes da violência sexual, inclui-se a gravidez. Ademais, a atuação  
416 dos profissionais e serviços de saúde, adoção das recomendações técnicas preconizadas,  
417 documentações necessárias para execução dos procedimentos são seguidas, visando  
418 legitimar a execução de condutas nos preceitos éticos, administrativos e legais, Bem  
419 como salvaguardar evidências e manter a transparência de todo o processo. A prevenção  
420 das violências e a construção de uma cultura de paz têm relação direta com a saúde  
421 pública, a partir da identificação das condições de risco, na perspectiva da promoção da  
422 equidade e da melhoria das condições e dos modos de viver, ampliando a potencialidade  
423 da saúde individual e coletiva, fortalecendo os fatores de proteção e reduzindo  
424 vulnerabilidades. As ações de promoção da saúde, cultura de paz e prevenção de  
425 violências e acidentes, devem ser articuladas nas três esferas de governo, elaboração de  
426 estratégias pautada em fatores comportamentais de riscos modificáveis, na criação de  
427 ambientes favoráveis à saúde e à escolhas saudáveis nos mais diversos territórios, a fim  
428 de reduzir vulnerabilidades e riscos à saúde. A participação ativa de instituições como as  
429 escolas e universidades no processo é de suma importância. Promover uma  
430 transformação da prática pedagógica na perspectiva de multiplicadores de conhecimento

431 na construção de boas práticas de promoção da saúde e cultura de paz, a fim de inspirar  
432 nos jovens o desejo em se tornar agentes difusores da cultura de paz. Promover o  
433 protagonismo juvenil em prol da não violência de qualquer tipo; estimular e educar para a  
434 constituição de convivências positivas fortalecidas em valores e princípios éticos. A  
435 construção de metodologia neste sentido, propõe uma reflexão sobre a construção de  
436 uma cultura de paz em ação, na qual se constrói um legado cultural por meio de atos do  
437 indivíduo que se modifica de geração a geração. A educação, em todos os níveis, é um  
438 caminho essencial para construir uma cultura de paz. Divisão de Promoção da Cultura de  
439 Paz e Ações Intersectoriais - Equipe Técnica: Merari Gomes de Souza – Enfermeira,  
440 Tatiana Gomara Neves – Médica, Cristiane Baecker – Psicóloga, Chefe da Divisão: Carla  
441 Konieczniak Aguiar - Assistente Social; Coordenadora de Promoção da Saúde: Elaine  
442 Cristina Vieira de Oliveira; Diretora de Atenção e Vigilância em Saúde: Maria Goretti Davi  
443 Lopes; [promocaodapaz@sesa.pr.gov.br](mailto:promocaodapaz@sesa.pr.gov.br) e [promocaodapaz@gmail.com](mailto:promocaodapaz@gmail.com) (41) 3330-4298 e  
444 464; a conselheira Silvana Rausis pede a palavra e inicia sua fala elogiando a  
445 apresentação e agradecendo, fala que as circunstâncias na questão da violência contra a  
446 mulher a surpreendem, diz que vem acompanhando há muito tempo esse processo da  
447 cultura da paz e os resultados são notáveis, mas pergunta dado que o caso ao ocorreu,  
448 não no paraná, qual a prevenção no caso do anestesista do Rio de Janeiro, pergunta se  
449 existe prevenção contra isso e quais os exames alertariam para esse tipo de coisa, a  
450 Carolina responde que dentro deste contexto entra em uma outra área que é a violência  
451 obstétrica, e acredita que todo tipo de violência tem prevenção, e todos os tipos de  
452 violência esbarram na mesma raiz onde o corpo das mulheres é objetificado, onde tem a  
453 exploração, desde a questão da pornografia, da forma como às pessoas constroem à  
454 sexualidade, em relação a prevenção a informação como um todo, as legislações e o  
455 atendimento multiprofissional, então o que vê é de prevenção é o acesso a informação  
456 tanto pelas mulheres quanto para os profissionais, pelas mulheres especialmente na  
457 construção de plano de parto, eles tem isso por exemplo na carteira da gestante, trabalha  
458 isso como indicador de boa qualidade na atenção primária, na atenção hospitalar, saber  
459 que possuem o direito a acompanhante e que esse direito deve ser respeitado, inclusive  
460 fizeram durante a pandemia notas técnicas para que fossem reduzidos o número de  
461 pessoas em sala de parto, mas de forma alguma para que fosse tolhido da presença do  
462 acompanhante, da capacitação profissional, e tem hoje a inserção dos enfermeiros  
463 obstetras como uma equipe, como profissionais inseridos nesse processo, porque  
464 infelizmente do ponto de vista de formação, existem profissionais que são formados mais  
465 para intervenção, mais para o cuidado e já está havendo uma modificação, eles já tem ali  
466 no conselho regional de medicina, muitas vezes são essas discussões, então tanto do  
467 ponto de vista de informar para não acontecer, como das situações que estão  
468 acontecendo as pessoas verem que é violência e levar para discussão, então chegou ao  
469 CRM, por exemplo, situações em hospitais universitários, onde eles tem inserção de  
470 enfermeiros obstetras, de uma crise entre acadêmicos, enfermeiros, professores, porque  
471 começou a ser reclamado os toques vaginais excessivos, por alerta da própria mulher e  
472 da equipe de enfermagem, isso foi parar numa discussão do CRM, então essas situações  
473 estão sendo citadas pelo direito, pela educação e por várias vias, nesse caso em si foi a

474 própria equipe de enfermagem que teve que fazer Estado vezes da defesa, infelizmente  
475 sabendo que iriam colocar uma mulher em situação de violência, mas se não constituísse  
476 prova ainda corria o risco de não conseguir julgar sumariamente essa pessoa, então  
477 existem formas de prevenção, as que tem atuado mais fortemente no estado, falam a  
478 respeito da Lei 19.701 que inclusive foi regulamentada há pouco tempo, fala sobre o  
479 direito da gestante e parturiente, o plano de parto, os indicadores, tanto das boas práticas  
480 de atenção ao parto, como de respeito ao plano parto, a inserção de enfermeiros  
481 obstetras, a formação de enfermeiros que já são da linha de cuidados enquanto  
482 enfermeiros obstetras, fala que tem o curso de residencia e especialização do Estado, e  
483 estão construindo um curso nesses mesmo moldes, pela escola de saúde e direitos  
484 sexuais reprodutivos, fala que existe uma grande necessidade da capacitação em  
485 inserção do DIU, mas também é um grande desejo olhar para os direitos sexuais além da  
486 questão da inserção do DIU, para poder discutir sobre todas as populações, então diz que  
487 tudo isso é uma prevenção, mas diz o que aconteceu lá é uma coisa que não conseguem  
488 nem digerir ainda, a conselheira Silvana Rausis concorda e diz que realmente fala que  
489 não se consegue digerir, e diz que essa abordagem que foi explanada ela é tão boa de se  
490 aplicar dentro do sistema, que ficou preocupada pensando se teria um espectro que  
491 possa dar lastro, e pergunta se o Ministério Público se posicionou em todo esse  
492 movimento em relação ao Plano Estadual, para saber se eles tem uma retaguarda, a  
493 conselheira Carolina responde dizendo que sim, eles possuem um trabalho em conjunto  
494 com o NUDEM e todos os órgãos do Legislativo, Executivo e do Judiciário, que existem  
495 alguns documentos importantes, como o documento da entrega legal, que tem alguns  
496 serviços que quando vão escutar o coração do bebê podem escutar com fone de ouvido,  
497 que isso é uma boa pratica quando têm a entrega legal, que essas são práticas que vão  
498 inserindo no sentido de diminuir de deixar de lado as convecções pessoais, Carmen  
499 agradece pela apresentação e pergunta se os dados apresentados se criaram um sistema  
500 próprio de informações para que elas possam verificar esses dados, pergunta se a  
501 apresentação pode ser disponibilizada, Merari diz que em relação aos dados diz que  
502 utilizam fontes oficiais, que se tem muito propagação em sites não oficiais e isso  
503 confundindo, que os dados referentes interrupção de gravidez, quanto do estupro e  
504 violência sexua estão estão disponíveis no SINAN, que dos três tipos de abortos é do  
505 sistema de informação hospitalar, sendo os seguintes links:  
506 <http://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=%40gtf-escrivas%4064cd669f-b84a-4d9a-aeb8-99ec17e257a9&emPg=true> (Protocolo de Atenção  
507 Integral à Saúde das Pessoas em Situação de Violência Sexual: abordagem  
508 multidisciplinar)<<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/PromocaodaCulturadePazeAcoesIntersectoriais>>,osdados  
509 epidemiológicos:<<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/AtencaoPessoasemSituacaodeViolencia>>,<<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.doaction=d&uuid=@gtfescrivesa@d37c2cf5c1ae4ee18b0c95c2de1312ad&emPg=true>>.<<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Promocao-da-Cultura-de-Paz-e-Acoes-Intersectoriais>>,<  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516

517 sobre os três tipos de abortos, se estão no mesmo código, Merari diz que os  
518 procedimentos decorrentes da violência e do estupro seriam específico no SINAN  
519 (Sistema de Informação de Agravos e Notificação) SIH (Sistema de Informação  
520 Hospitalares), Lara diz que neste caso, estes sistemas para informações, não são  
521 abertos para sociedade civil em geral em tempo real, que sempre tem esse delay para  
522 consolidação dos dados, Merari diz que tem acesso a esses dados por sua profissão, que  
523 na página oficial da SESA tem os principais indicadores que trabalham, que disponibilizam  
524 lá os dados absolutos, disponíveis para baixar, que estão codificados, que fora isso  
525 precisam seguir toda tramitação, entrar no comitê de ética e tudo mais, que está  
526 disponível na página da SESA, que tem o número histórico dos últimos sete anos, Lara  
527 fala do que poderia ser feito, precisam pensar enquanto Conselho, na transversalidade do  
528 Conselho em diversas áreas, pensar na questão da educação, diz que há anos vem tendo  
529 uma desconstrução de políticas públicas na área de educação, que fala da apropriação de  
530 certos setores da sociedade sobre ideologia de gênero, que se for procurar, tem uma  
531 serie de artigos e produções que foi deturpado o conceito de ideologia de gênero, diz que  
532 quando se discute ideologia de gênero com crianças ou educação sexual nas escolas  
533 também estão prevenindo violências, que quando colocam em discussão o plano estadual  
534 devem discutir como está essa abordagem nas escolas, na questão de capilaridade do  
535 SUS, na questão do atendimento da atenção básica, pergunta se está sendo feito  
536 capacitação das equipes nas unidades básicas quanto ao acolhimento de mulheres em  
537 situação de violência, se as equipes estão sendo capacitadas, Carol diz que todas as  
538 capacitações que realizam a atenção primária é a ordenadora do cuidado, onde  
539 normalmente as mulheres chegam, que todas as capacitações que a Merari trouxe e as  
540 que fazem que são da área e de outras áreas são assim, mas que sabem que as  
541 implicações de mudanças de equipes e que por isso em que estarem a todo tempo  
542 melhorando este processo, Merari diz que na área central a atenção e vigilância mais os  
543 interlocutores do sistema sempre estão juntos e que essa capacitação que foi feita no ano  
544 passado, várias regionais estão multiplicando, que onde tem o assunto estão se inserindo,  
545 que precisam trabalhar juntos, Lara diz que trabalha no Centro de Referência as Saúde  
546 do Trabalhador, na Secretaria Municipal de Curitiba, diz que fizeram um trabalho junto  
547 com o HC e conseguiram notificar duzentos casos de transtorno mental relacionado ao  
548 trabalho por violência sexual dentro do ambiente de trabalho e nessas duzentas  
549 notificações, setenta por cento era de estupro dentro do ambiente de trabalho, fala que  
550 isso é algo que também precisam ampliar, que isso até poderia ser uma pauta para  
551 reunião, que ter essa visão para as relações de violência no trabalho, que precisam  
552 ampliar e ter esses dados nos outros serviços, que muitas vezes na captação de dados  
553 esses dados ficam fragilizados, Merari diz que precisam mesmo ampliar, July que  
554 estagiária do NUDEM de pós graduação diz que fala em nome da gestora Camila e que ela  
555 está em um atendimento e solicita que fosse postergada essa discussão para a próxima  
556 reunião, Maria Isabel diz que a Dra. Mariana está em férias e por isso havia solicitado a  
557 Camila que participasse, mas que se ela está em atendimento podem colocar este ponto  
558 para ser discutido como ponto de pauta para próxima reunião, não havendo objeção, ficou  
559 aprovado este ponto de pauta para reunião de agosto, não tendo mais a tratar ela passa

560 para o próximo ponto da pauta; item seis; **6) Deliberação sobre a reinclusão do curso**  
561 **de capacitação de Conselheiras no site do CEDM:** A conselheira Maria Isabel fala que  
562 ontem recebeu uma solicitação de uma assistente social da Prefeitura de Palmeira  
563 tentando falar sobre materiais dos conselhos, diz que foi buscar na página os links do  
564 curso de capacitação de criação de conselhos, que foi um trabalho que estava num  
565 formato muito bom e de repente se deparou com a ausência dos materiais e o CEDM  
566 sequer foi informado, diz que o CEDM não é político, que constrói junto com as políticas  
567 mas não é partidário, que este curso foi feito em outubro do ano passado, totalmente fora  
568 do período eleitoral, diz que parece que foi um corte raso da comunicação e que gostaria  
569 de saber da comunicação o porquê da retirada desse material, principalmente desse  
570 momento do aumento absurdo da violência contra as mulheres, diz que as mulheres  
571 estão mais preocupadas em buscar ajuda e é a oportunidade de ir para os municípios e  
572 tentar agilizar os conselhos municipais, diz que amanhã tem uma fala para vereadoras e  
573 pretendi usar os links, que agora não tem esse material, diz que ontem fez uma  
574 declaração bem forte no Conselho, porque num primeiro momento pareceu censura, diz  
575 que a Carol colocou que existiria uma possibilidade de pedirem para o TRE que  
576 retornasse, mas que alguém já falou que é uma lei federal, diz que gostaria que tivessem  
577 clareza de onde partiu essa demanda de retirar os links do material de formação para que  
578 tivessem de volta a página, diz que pra ela é uma questão de honra, diz que todas tem  
579 suas posições políticas e partidárias, mas que procuram manter a civilidade, que o  
580 material foi construído por várias mãos no Conselho, diz que tirassem dessa reunião uma  
581 deliberação de como fica essa questão, diz que pediu auxílio ao MP e para o NUDEM de  
582 qual o caminho seguir, que a Dra. Mariana disse que algumas coisas também foram  
583 retiradas do site da Defensoria, mas que foram feitas algumas considerações e estes  
584 materiais retornaram, que a saúde também tem material de formação que está lá, que se  
585 existe possibilidade de ter esses matérias, principalmente neste momento que é tão  
586 importante para que as mulheres possam se reunir e discutirem essas questões, diz que  
587 querem esses links agora, que querem de imediato e para isso irão trilhar o caminho que  
588 for necessário, a secretária diz que a comunicação ainda não entrou, Silvane diz que vai  
589 pedir para a Comunicação entrar na reunião para que eles respondam essas questões, a  
590 conselheira Maria Isabel diz que não sabe qual a importância desse Conselho para o  
591 Secretário pois o mesmo já participou de reuniões com todos os outros Conselhos e com  
592 o CEDM ele não participa, que o CEDM tem varias pautas para tratar com o Secretário,  
593 que parece que vem tendo uma tentativa de desconstrução do CEDM, mas que o CEDM  
594 é forte e não irão aceitar essa desconstrução, Juliana da comunicação entra na reunião, a  
595 conselheira Maria Isabel diz que ontem se deparou com uma situação ao buscar um  
596 material que foi construído por todo conselho e que não receberam nenhuma  
597 comunicação que este seria retirado do ar, se tivessem recebido teriam feito uma cópia,  
598 que precisam desse material de volta na página pois este foi feito antes do período  
599 eleitoral, pede que a comunicação coloque-as a par de como podem proceder para  
600 recuperar este material, diz que este é um material do CEDM e não da SEJUF, Juliana,  
601 representante da comunicação diz que nenhum material foi eliminado, que apenas estão  
602 ocultados durante o período que corresponde aos noventa dias que corresponde ao

603 período eleitoral, diz que por limitação da plataforma, após reativação da plataforma só  
604 pode ser desativada após sete dias, fala que todo material que tenha a logo do programa  
605 acarreta sanções para secretaria e parra o CPF do responsável pela pasta, diz que do  
606 mesmo jeito que o CEDM ficou sem o material outros departamentos também ficaram, diz  
607 que infelizmente neste momento não tem condições de reativar o canal, diz que todas às  
608 redes e noticias estão ocultadas nos sites, Maria Isabel diz que compreende que foi uma  
609 falha lá atrás, que se soubessem teriam guardado cópias dos matérias, que foi uma falha  
610 da comunicação, que não tem cópias pois são vídeos de uma tarde inteira, que  
611 acreditavam que o Conselho pudesse ficar com à guarda dos materiais, que acreditavam  
612 que esses materiais estariam seguros, Juliana diz que se pudesse fariam de bom grado a  
613 reativação da pagina para terem novamente os materiais para baixarem, mas que isso  
614 não é possível, Carmen pergunta a que se refere os noventa dias, Juliana diz que por  
615 noventa dias às páginas e site do governo ficam ocultadas, independente do período que  
616 foi publicado, Carol explica que é independente do período, diz que um primeiro momento  
617 a opção seria resgatar esses materiais, que poderiam consultar o TRE para ver se podem  
618 resgatar esses materiais, Isabela diz que quando o site voltar para baixarem os materiais  
619 e publicar no site do CEDM, mas que isso seria após os noventa dias, Juliana explica que  
620 dia três de outubro todos os materiais estarão disponíveis novamente, sobre o TRE ela  
621 diz que além da descrição da pagina precisam mandar o conteúdo, ela diz que não pode  
622 garantir que ao subir a pagina todos os conteúdos estejam cumprindo a lei e que isso ela  
623 não pode garantir, que se o TRE autorizar e o conteúdo estiver irregular ela entra em  
624 sanções eleitorais, Silvana diz que as informações tinham que ter sido repassadas com  
625 antecedência, que isso evitaria todas essas complicações, Carmen pergunta se não ficou  
626 gravado em algum lugar, a secretária explica que foi transmissão ao vivo e que não foram  
627 baixados, Carmen sugere que seja mandado um ofício para secretária de comunicação  
628 solicitando que seja feito interlocução com os conselhos quando alguma decisão for  
629 interferir nos trabalhos, a Secretária abre para manifestações no chat, ficando aprovado a  
630 sugestão da conselheira Carmen, Maria Isabel agradece a Juliana pelos esclarecimentos  
631 e diz que precisam estreitar laços com a comunicação, Juliana diz que está a disposição,  
632 Silvane agradece a presença da Juliane em participar e esclarecer o ocorrido, diz que a  
633 presença dela na reunião demonstra o carinho e o respeito pelo CEDM, Juliana agradece  
634 e diz que deixou seu telefone no chat para quem queira ter mais informações, não tendo  
635 mais a tratar, a secretária passa para o próximo ponto da pauta; item sete; **7)**  
636 **Encaminhamentos da última reunião:** A conselheira Carmen diz que na última reunião  
637 tiveram um ponto de pauta importante que foi sobre o Relatório apresentado na Comissão  
638 de Direitos Humanos da Alep, com a presença da Dra. Juliana que é a representante do  
639 DEPEN que fez uma apresentação e que essa foi muito boa e que a Dra. convidou para  
640 conhecer o CIS e que essa era uma demanda que o CEDM, que precisam marcar a visita  
641 ao DEPEN, que outra coisa era a comissão de saúde, mas que não definiram a data da  
642 reunião, a secretária comenta que a chefe do Departamento foi conhecer o CIS, Walquiria  
643 diz que diante daquele ponto de pauta foi conhecer o CIS-Piraquara e que o CEDM  
644 precisa mesmo ir conhecer, que vale a pena conhecer e ver a realidade desse conjunto,  
645 Carmen propõem que o Departamento marque a visita e pergunta quem gostaria de ir

646 além dela, Maria Isabel diz que gostaria mas que tem que ser em agosto, a secretária diz  
647 que podem continuar no grupo para ver quem pode ir, sobre a reunião de saúde também  
648 fica definido que discutam no grupo, Lara solicita inclusão no grupo da comissão de saúde,  
649 não tendo mais a tratar nesse ponto da pauta a secretária passa para o próximo ponto;  
650 item oito; **8) Informes gerais:** Não houve informes; item nove; **9) Informes da**  
651 **Secretária-Executiva:** A Secretária Fernanda Marchipone apresenta na tela os informes,  
652 sendo: **INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA - Trabalho realizado no período de**  
653 **13 de Junho à 11 de Julho de 2022 ATA:** - Foi elaborado a ATA da reunião de maio e  
654 encaminhada por e-mail para todas as conselheiras. As conselheiras Dra. **Juliana da**  
655 **SESP** e da conselheira Carminha encaminharam contribuições. **Pauta/Convocação:** - Foi  
656 encaminhado por E-mail e no grupo do WhatsApp para as conselheiras a Convocação e a  
657 Pauta da reunião de julho. **Justificativas de Ausência:** - A conselheira **Jussara Ribeiro**  
658 (titular), encaminhou justificativa de ausência. - A conselheira Priscila Pacheco (titular)  
659 entrou em férias e justificou a ausência da suplente. **Substituição e Nomeação:** - No dia  
660 24/06/2022, por meio do Protocolo **19.126.328-6**, foi iniciado o processo de substituição  
661 da conselheira titular da SESP, sendo indicadas para compor o CEDM/PR, como  
662 conselheira titular: **Alcileny Adriana da Cunha Artigas**, em substituição a Dra. Ana  
663 Cláudia Machado. **Visita ao Centro de Integração Social – CIS-Piraquara** - No dia  
664 29/06/22, foi acompanhado à Chefe do Departamento de Políticas para Mulheres em  
665 visita ao CIS-Piraquara. Na oportunidade, fomos recebidas pela Dra. Paula Cozlik  
666 (Diretora do CIS-Piraquara) e pela Dra. Juliana Deindyk Duarte (Sub-Diretora). Elas  
667 explicaram que o CIS é a primeira unidade no Brasil de Progressão Feminina no regime  
668 fechado. A Dra. Juliana nos levou para conhecer todo projeto arquitetônico em formato de  
669 vila, não contendo celas e sim casas coletivas, possibilitando às mulheres privadas de  
670 liberdade, viverem num espaço acolhedor e humanizado, muito próximo da realidade  
671 após o cumprimento da pena, com vistas ao desenvolvimento integral e a reinserção  
672 dessas mulheres ao convívio social, de forma que possam contribuir positivamente com a  
673 sociedade. Nas partes externas da vila, tem hortas que são cultivadas pelas presas, e  
674 serve para o consumo das mesmas. Explicou que lá as mulheres em privação de  
675 liberdade, (PPLs como são chamadas) elas tem várias opções de trabalho, em empresas  
676 diferentes, além de receber salário, elas têm a possibilidade de desconto no tempo da  
677 pena. Elas também têm a possibilidade de participar de cursos de capacitação  
678 profissional como cabeleireira, empreendedora, gestão de empresas, etiqueta social,  
679 entre outras. Elas também estão inseridas num programa de ensino, que vai desde o  
680 primário à formação em nível superior. Dentro do CIS existe um laboratório de informática  
681 onde a Faculdade Fanduca disponibiliza cursos de graduação de Pedagogia e Serviço  
682 Social gratuitos para as internas. Além disso, os servidores que lá atuam passam por  
683 formação em justiça restaurativa. Segundo informações repassadas pela administração  
684 do CIS-Piraquara: Não tem celas, mas com alojamentos; Tem hortas dentro da unidade e  
685 na parte externa. As verduras e legumes são consumidos pelas internas e pelas  
686 servidoras; Tem cursos de cabeleireira, manicure, maquiadora, culinária, panificação,  
687 lava-car, dentre outros. As PPLs (Pessoas Privadas de Liberdade) também fazem  
688 remissão pela leitura. Tem canteiros de trabalho que são de empresas particulares

689 conveniadas e canteiros "da casa" (faxina, auxiliar da biblioteca, auxiliar do dentista,  
690 manutenção predial, monitoria de ensino, entre outros). Remissão – a cada 3 dias de  
691 trabalho ou estudo, abate um dia da pena. A cada mês a PPL lê um livro, elaborada uma  
692 resenha – abate 4 dias da pena. Fernanda Marchione **Secretária Executiva do**  
693 **Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM/PR**; item dez; **10) Palavra das**  
694 **Conselheiras:** A secretária-executiva e conselheira suplente, Fernanda Marchione,  
695 solicita palavra, não havendo nenhuma objeção, ela diz que este será o primeiro e último  
696 ato na qualidade de Conselheira Suplente do CEDM, que pediu a palavra para solicitar ao  
697 CEDM apoio a Walquiria, tanto na qualidade de Presidente, quanto como Chefe do  
698 Departamento de Políticas para Mulheres da SEJUF, fala do trabalho que vem sendo  
699 construído no Departamento e que neste pouco tempo que a Walquiria está a frente, é  
700 notório os avanços na gestão das políticas públicas em prol das mulheres paranaense,  
701 ela diz que a Walquiria tem trinta e oito anos de carreira ilibada como servidora efetiva do  
702 Estado do Paraná. A SEJUF não poderia ter sido mais assertiva na escolha para estar  
703 representando a política das mulheres paranaense, que as portas que estavam  
704 completamente fechadas para o Departamento de Políticas para Mulheres no Paraná  
705 foram reabertas no momento em que a Walquiria assumiu, diz que percebe que as  
706 esperanças se renovaram com a chegada da Walquiria, fala que além do Departamento, a  
707 Walquiria também continua zelando pelo CRAM, diz que a Walquiria, melhor que ninguém,  
708 sabe que este é efetivo no enfrentamento a todas as expressões da Violência Doméstica  
709 e de Gênero, fala que foi muito oportuno as falas da Bel no tocante ao CRAM, também as  
710 falas da Walquiria, trazendo para o conhecimento do Pleno que o CRAM estadual  
711 representa uma conquista do Conselho na luta constante em defesa das mais vulneráveis,  
712 ela informa ao CEDM que essa é a última reunião que atuará como Secretária-Executiva,  
713 que no dia vinte e um do sete de dois mil e vinte e dois, estará se desligando da SEJUF e  
714 do CEDM, ela agradece o CEDM por todo acolhimento e aprendizado, diz que é motivo  
715 de grande orgulho saber que mesmo que minimamente, de alguma forma, contribuiu com  
716 a Política da Mulher no período em que atuou como servidora do Estado do Paraná, diz  
717 que quando aceitou o desafio nada sabia, que este foi o primeiro cargo público que ela  
718 assumiu, diz que iniciou e encerra o ciclo na mesma função, diz que, se apresentou bons  
719 resultados, foi porque teve as melhores Professoras, diz não teria conseguido sem o  
720 apoio das conselheiras, informa que não tem nenhuma pendência de trabalho na pasta do  
721 CEDM, diz que irá degravar a ATA dessa reunião e, no mais tardar, dia vinte da próxima  
722 semana estará encaminhando por e-mail para as contribuições das conselheiras,  
723 deixando tudo encaminhado para quem vier secretariar, diz que está se desvinculando da  
724 SEJUF, não dá luta em prol das mulheres, encerra dizendo, encerra dizendo que mesmo  
725 fora da SEJUF o CEDM pode contar com seu apoio, a conselheira Carol diz para  
726 Fernanda se sentir abraçada por todo o CEDM, que ela tem todo carinho, respeito e  
727 gratidão de todas as conselheiras, a conselheira Maria Isabel agradece a Fernanda, diz  
728 que durante sua gestão como Presidente ela e a Fernanda fizeram uma parceria muito  
729 especial, diz que sempre se falam e se ajudam, diz que ela sempre terá o respeito e  
730 admiração do CEDM, que as portas do CEDM sempre estarão abertas para a Fernanda,  
731 diz que, quem sabe, a Fernanda venha como conselheira da sociedade civil, diz que ela

732 sabe que as reuniões são públicas, que esperam revê-la em breve, diz que a Fernanda  
733 pode contar com ela, tanto no CEDM, quanto em outros locais, caso precise de um ombro  
734 amigo, a conselheira Andreia diz que é secretária de outros Conselhos e que a Fernanda  
735 sempre foi sua inspiração, que muito do que ela sabe foi a Fernanda quem ensinou, diz  
736 que estão se separando na SEJUF mas que sempre estarão juntas, diz que a Fernanda é  
737 uma excelente profissional, a Presidente Walquiria agradece a Fernanda pelo prestigioso  
738 trabalho, diz que pelo pouco tempo que a conhece, ficaram muito próximas, diz que a  
739 Fernanda é uma profissional que se coloca no lugar das conselheiras, que muitas vezes  
740 as coisas acontecem como a Fernanda já tinha previsto que poderia acontecer, diz que  
741 este cuidado que ela demonstra no trabalho é muito forte, muito humano, diz que a  
742 Fernanda esta o tempo todo correndo atrás de deixar tudo em dia, que ela sempre esta  
743 cutucando as pessoas, que ela não deixa nada para resolver depois, diz que sabe que  
744 perderão uma grande profissional, uma grande técnica, que sente em dizer em dizer isso,  
745 mas, que não podem segurá-la, que precisam dar asas pra Fernanda, que pelo que ela já  
746 fez e faz, terá uma recompensa muito boa, diz que será difícil que outra desenvolva o  
747 trabalho como ela, que essa persistência e objetividade dentro do CEDM, a dinâmica com  
748 que ela conduz é muito valoroso e respeitado, diz para Fernanda que por onde ela for é  
749 para lembrar que ela está saindo com carinho e deixando sua marca e, que, essa marca  
750 está fazendo muita diferença para o CEDM, diz que continuam juntas e juntas  
751 conseguirão vencer, diz que conta com ela, termina suas falas dizendo que a -  
752 Fernanda é muito importante para o CEDM e para o DGDM, agradecendo a Fernanda  
753 desejando tudo de bom, Silvane Farah diz que a Fernanda é uma mulher admirável, diz  
754 que essa nova etapa é uma benção, diz que será bem difícil ter uma outra pessoa no  
755 CEDM que execute um trabalho com tanta excelência, agradece a Fernanda e diz que  
756 sempre estarão juntas, a conselheira Maria Isabel pede que a Presidente Walquiria olhe  
757 com carinho para o CEDM, pede que seja feito a transição da Fernanda com a outra  
758 pessoa para que essa possa dar continuidade aos trabalhos e a Fernanda possa sair  
759 tranquila, a Presidente diz que terão o cuidado de realizar a transição para que a nova  
760 secretária possa trabalhar no mesmo estilo que a Fernanda, não tendo mais nenhuma  
761 manifestação de fala a Presidente agradece a presença de todas dando encerramento a  
762 Reunião Ordinária. Esta ATA foi degravada pela Secretária Executiva, Fernanda  
763 Marchione e será encaminhada às conselheiras para contribuições, depois de aprovada  
764 em reunião plenária será publicada e publicizada no site do CEDM/PR.